

Fundeb em Foco

Ergon Cugler de Moraes Silva, Giovanna Lourenção Macedo, Guilherme Silva Lamana Camargo, Jhonatan Ferreira Alencar, Maria Carolina Santana de Barros, Marina Bergstrom Paredes, Pamela Quevedo Joia Duarte da Costa e Victória Helena Craveiro Marcondes⁹, José Carlos Vaz¹⁰

Contexto

O estudo “*Fundeb em Foco*” tem como objetivo servir de subsídio para o debate de atores no aprimoramento do Novo Fundeb (Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação) — visto que o atual se encerra em 2020 —, tanto para os parlamentares utilizarem das informações na projeção de novas medidas, quanto para a população ter acesso ao que foi produzido pelo Congresso até então. Para tanto, a iniciativa cumpre função de **(i)** projeto de ensino ao mobilizar pesquisadores através de Metodologia Ativa, **(ii)** projeto de pesquisa ao produzir material de interesse acadêmico e **(iii)** projeto de extensão ao disponibilizar material de interesse da sociedade civil e instituições diversas relacionadas ao debate educacional.

⁹ Todos os pesquisadores envolvidos são graduandos em Gestão de Políticas Públicas da Escola de Artes, Ciências e Humanidades (EACH) da Universidade de São Paulo (USP), associados ao Observatório Interdisciplinar de Políticas Públicas “Professor Doutor José Renato de Campos Araújo” (OIPP) e ao Grupo de Estudos em Tecnologias e Inovações na Gestão Pública (GETIP).

¹⁰ Coordenador do Grupo de Estudos em Tecnologias e Inovações na Gestão Pública (GETIP), Doutor em Administração de Empresas e Sistemas de Informação pela Fundação Getúlio Vargas (FGV), Mestre em Administração Pública pela Fundação Getúlio Vargas (FGV) e Bacharel em Administração pela Universidade de São Paulo (USP).

Metodologia

O estudo analisou o conteúdo de 197 propostas legislativas da Câmara dos Deputados e Senado Federal, destacando 95 propostas, apresentadas entre 2004 e 2019 e relacionadas ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (Fundeb), cruzando 36 variáveis de cada proposta de legislação e traçando tendências e relações entre as propostas. Utilizamos, então, algumas ferramentas para explorar os dados obtidos, como a análise de correlação de dados feita através do Excel, QGIS e RStudio.

Resultados

Foram destaques do Estudo: **(i) Destinação de Recursos em Alta:** Enquanto cerca de 60% de todas as propostas relacionadas ao Fundeb nos últimos 15 anos propõem novas destinações de recursos, apenas 20% do total dos projetos propõem alternativas de fontes ou origem de recursos. **(ii) Financiamento em Baixa:** Dentre os projetos que propõem nova destinação de recursos relacionadas ao Fundeb nos últimos 15 anos, menos de um quarto (24,1%) também propõem fonte para tais destinações, sendo 75,9% sem apresentar alternativas de financiamento. **(iii) Controle e Participação:** Enquanto 35,8% das propostas relacionadas ao Fundeb nos últimos 15 anos apresentam mudanças em relação à gestão de recursos, apenas 15,8% das propostas se preocupam com controle ou participação social. **(iv) Protagonismo:** Bahia, São Paulo e Minas Gerais foram os estados que mais apresentaram propostas relacionadas ao Fundeb, sendo 15,2%, 13,9% e 10,1%, respectivamente, do total do Congresso nos últimos 15 anos.

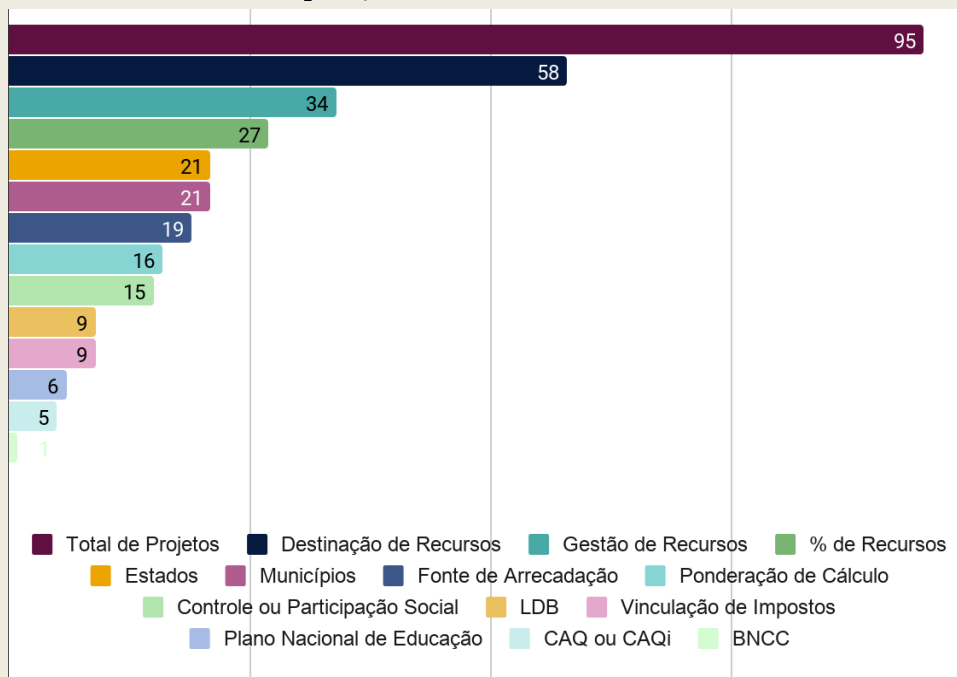
Detalhamento de Proposições

Com o cruzamento geral das variáveis ainda foi possível identificar: **(i)** Desde a publicação da BNCC (2017), apenas 4% das propostas vinculadas ao Fundeb (entre 2017 e 2019) se relacionam com a Base Nacional Comum Curricular; **(ii)** Apenas 5% das propostas relacionadas ao Fundeb nos últimos 15 anos se preocupam com o custo aluno-qualidade; **(iii)** Apenas 6,3% das propostas relacionadas ao Fundeb nos últimos 15 anos se relacionam com o Plano Nacional de Educação (PNE); **(iv)** Apenas 9,5% das propostas relacionadas ao Fundeb nos últimos 15 anos se preocupam com vinculação de impostos; **(v)** Apenas 9,5% das propostas relacionadas ao Fundeb nos últimos 15 anos se preocupam com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB); **(vi)** Apenas 16,8% das propostas relacionadas ao Fundeb nos últimos 15 anos apresentam mudanças em relação à ponderação de cálculo do Fundo; **(vii)** Apenas 16,8% das propostas relacionadas ao Fundeb nos últimos 15 anos apresentam abertamente vínculo com algum ente da sociedade civil; **(viii)** Apenas 22% das propostas relacionadas ao Fundeb nos últimos 15 anos apresentam alguma mudança em relação aos estados e Distrito Federal; **(ix)** Apenas 22% das propostas relacionadas ao Fundeb nos últimos 15 anos apresentam alguma mudança em relação aos municípios.

Representações Gráficas

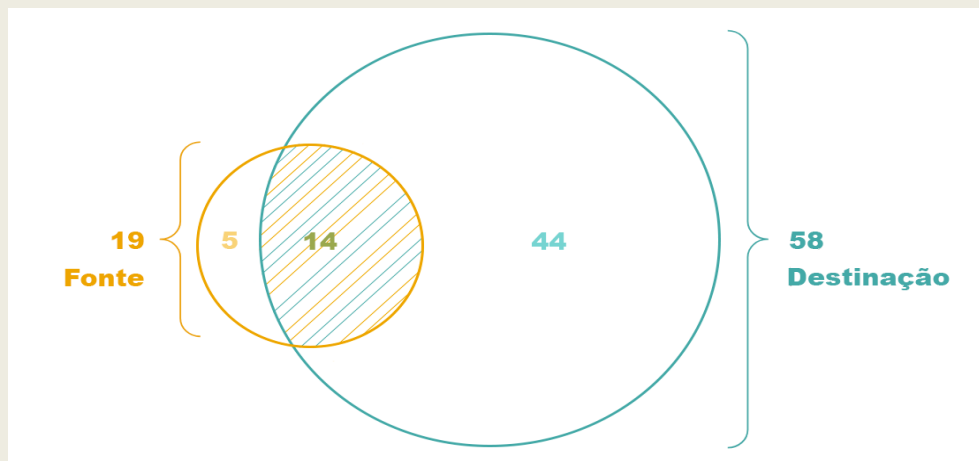
O estudo conta com aproximadamente 80 representações gráficas, sendo destaques:

Gráfico 01. Proposição de cada variável.



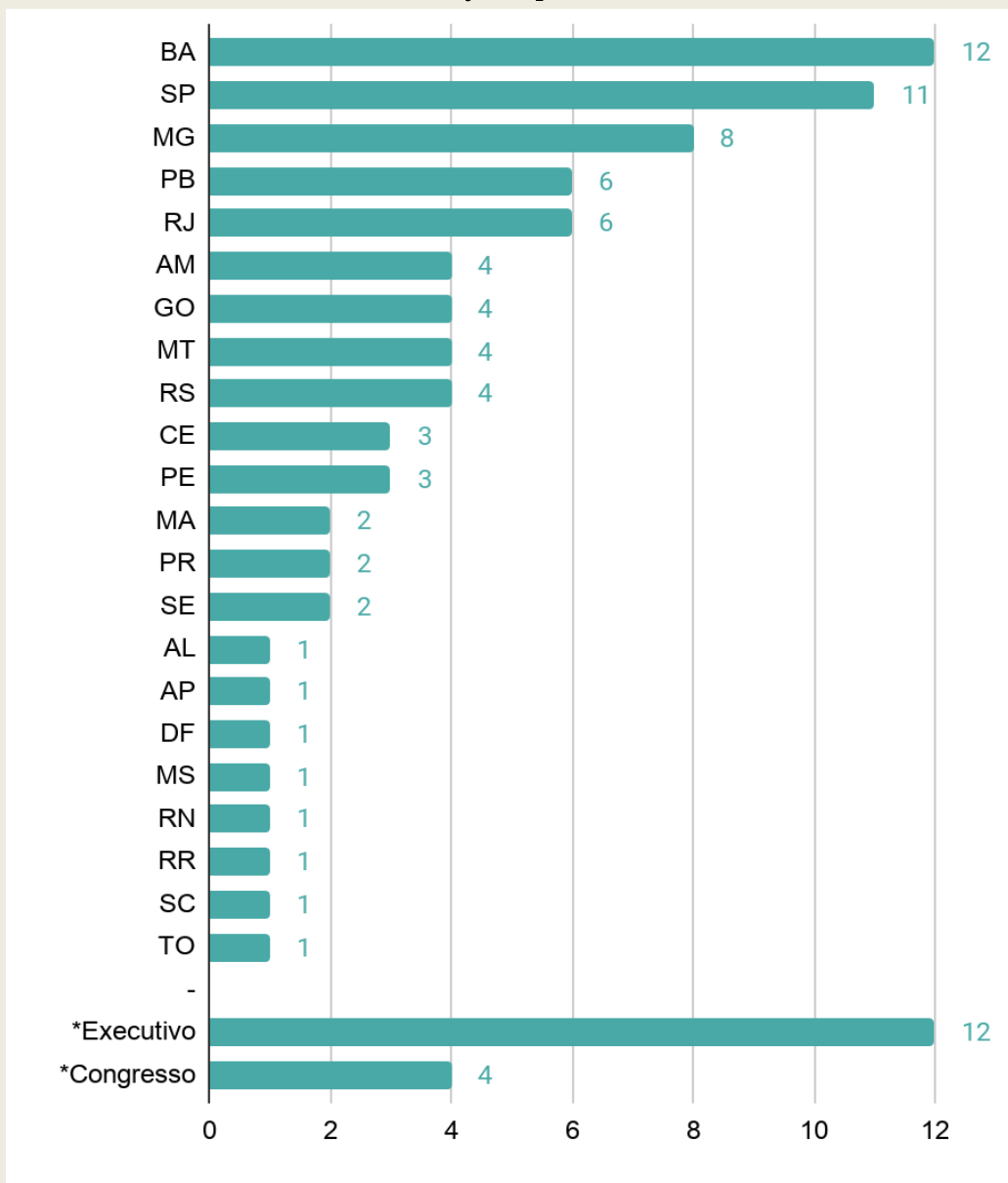
Fonte: Fundeb em Foco (2020)

Figura 01. Proposições de Fonte e Destinação em Diagrama de Venn.



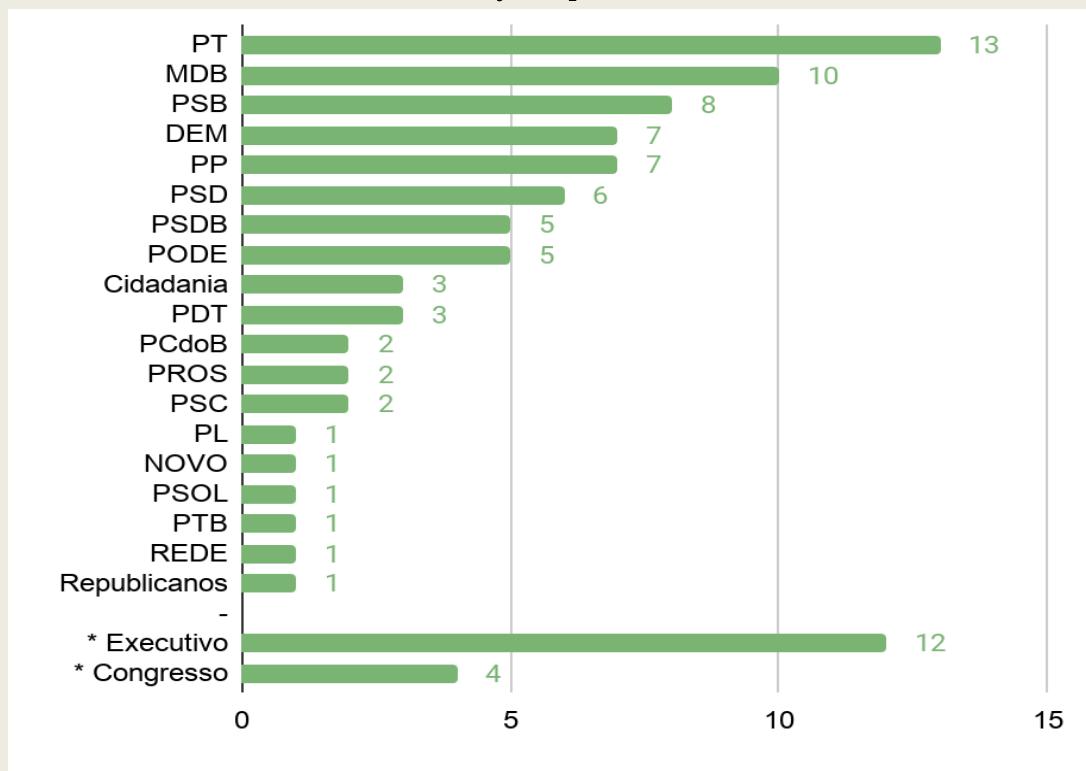
Fonte: Fundeb em Foco (2020)

Gráfico 02. Autoria dos Projetos por UF.



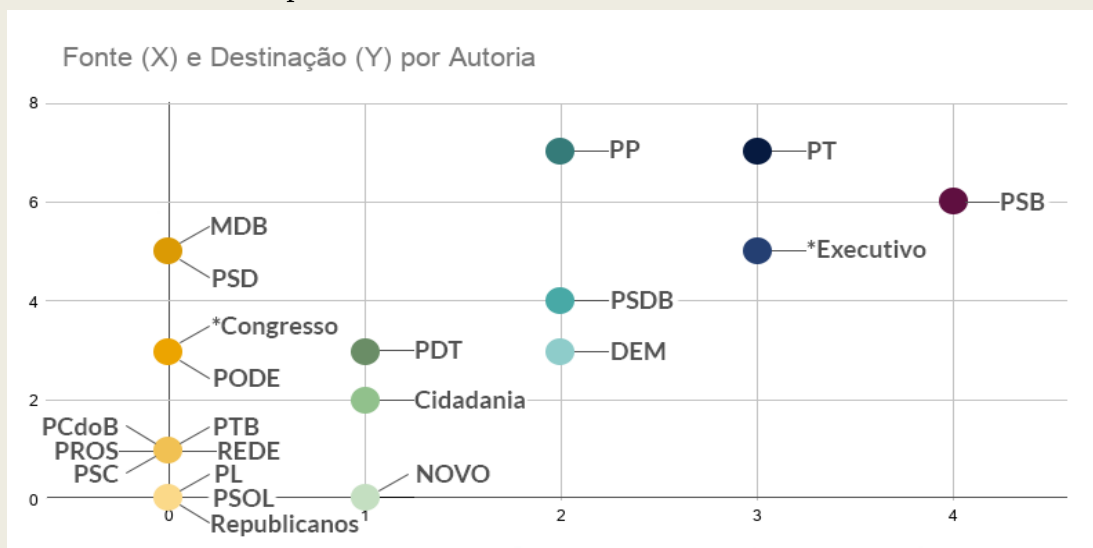
Fonte: Fundeb em Foco (2020)

Gráfico 03. Autoria dos Projetos por Partido.



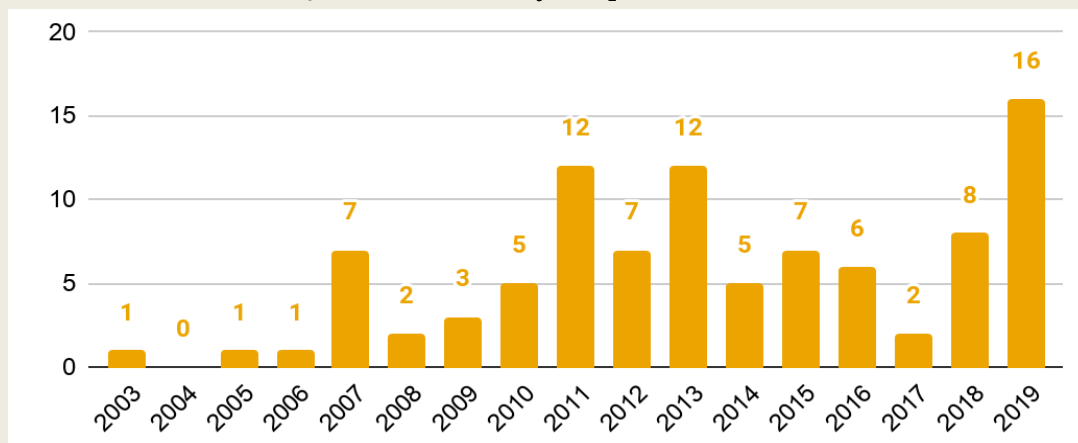
Fonte: Fundeb em Foco (2020)

Figura 02. Relação entre Proposições de Fonte e Destinação de Recursos por Partido.



Fonte: Fundeb em Foco (2020)

Gráfico 04. Quantidade de Projetos por Ano.



Fonte: Fundeb em Foco (2020)

Discussão

A pesquisa reafirmou que o debate acerca do Fundeb vai além a discussão da complementação de recursos da União, repartição aos Estados ou de seu prazo de vigência, pois também aborda questões pedagógicas, sociais e econômicas tornando necessário o constante acompanhamento deste Fundo, uma vez que impacta diretamente na qualidade da educação pública, gratuita, universal que atinge [cerca de 45 milhões de estudantes](#).

Um apontamento trata-se da Lei de Responsabilidade Fiscal, que se manifestou principalmente em relação à obrigatoriedade entre o repasse de recursos aos profissionais da educação estabelecido pelo Fundeb de 60%. Na linha dos recursos, nota-se que apenas 20% dos Projetos com origem do Legislativo tratam de Proposições às Fontes de Recursos; enquanto mais de 60% tratam de Proposições à Destinação de Recursos. Quando analisamos o gráfico de intersecção (p. 46), reparamos que, do total de todos os Projetos que tratam de Fonte de Arrecadação (19) e Destinação de Recursos (58), apenas 14 tratam das duas variáveis.

Quanto a fonte de recursos, a inversão da lógica do financiamento da Educação Básica proposta pelo CAQ e CAQi — partindo de demandas concretas da educação para então reunir recursos que as supram, não apenas repartindo os recursos existentes de forma a subfinanciar programas estruturais — não deve significar, no entanto, a esquiva ou redução do debate para sua manutenção e ampliação. Pelo contrário, a existência dos diversos programas estabelecidos e das metas projetadas pelo Plano Nacional de Educação dependem de um concreto e explícito projeto de financiamento da educação a médio e longo prazo.

Nesse sentido, a urgência está em ampliar o debate quanto ao financiamento da educação — tema pouco presente de forma propositiva nos Projetos analisados pelo estudo. Atrelada ainda à Gestão de Recursos no redesenho do financiamento de programas educacionais, é necessário dar materialidade e rumo aos 10% do PIB para a educação, por exemplo, ou ainda de vinculação constitucional dos recursos do Fundo Social do Pré-sal e dos Royalties para a educação.

Por outro lado, Proposições de Destinação de Recursos estiveram presentes na maioria dos Projetos analisados pelo presente estudo (mais de 60%). Do Piso Nacional para Profissionais da Educação, à vinculação de programas setoriais e de suporte aos Estados e Municípios, a responsabilização normativa de pautas educacionais demarca o papel do Governo Federal em responsabilizar-se pelo combate às desigualdades regionais através da redistribuição e aporte aos Estados e Municípios com menos recursos.

Não se trata apenas em aumentar a complementação de recursos da União no montante do Fundeb, mas garantir a vinculação constitucional de 25% das arrecadações dos Estados e Municípios e 18% da União no financiamento da Educação Básica brasileira — fazendo pro cumprir o Pacto Federativo. Cabe ainda utilizar do próprio PNE, que em sua meta 20, por exemplo, resgata o papel do CAQ e CAQi no financiamento e valorização da Educação Básica brasileira.

No conjunto dos Entes Federativos, é necessário travar o debate entre a autonomia financeira e a autonomia da gestão financeira, reforçando a responsabilização coletiva na construção de políticas educacionais pelo conjunto dos Entes. Produzir estudos locais e regionais sobre os impactos do fim da vinculação constitucional de recursos em discussão no Congresso Nacional, munindo o debate com informações mais objetivas e alertando Estados e Municípios dos riscos orçamentários envolvidos em tal aposta.

De antemão, cabe ampliar o controle e participação da sociedade no debate educacional, [argumento sustentado pela Prof. Dra. Ursula Dias Peres](#) - variável pouco presente nos Projetos analisados pelo estudo, com cerca de 15,8% das Proposições. Nessa lógica, estabelecer diálogo entre pesquisadores e demandas regionais para aproximar a produção científica da realidade do povo e dos movimentos educacionais, agregando signos diversos à identidade local e construindo trincheira com alternativas de contenção para eventuais descompassos orçamentários decorrentes do fim do piso para educação ou Reformas em discussão.

Alcance

Durante todo o processo de estudo e elaboração do projeto o grupo procurou estratégias fossem efetivas para a divulgação do produto final cujo propósito era que este percorresse diversos

canais com intuito de tornar o mais acessível possível os resultados oriundos desta pesquisa.

Foi realizada divulgação através das redes sociais do [Facebook](#) e [Instagram](#), alcançado mais de 5.000 pessoas nas primeiras 24h de lançamento, ainda com cerca de 150 acessos ao sumário executivo e 400 acessos ao relatório final até o envio deste resumo. Nesse sentido, o estudo foi ainda enviado para o e-mail institucional de todos Deputados Federais, estes próximos da votação do novo Fundeb na Câmara. Ademais, o projeto também foi publicado por veículos de comunicação diversos, a exemplo do [site dos Jornalistas Livres](#), do [site da Ubes](#) e do [site da EACH](#), para além de ter resultado em produções derivadas, como exemplo ao artigo no [Congresso em Foco \(UOL\)](#).

Este resumo foi elaborado com base no relatório de pesquisa do projeto “Agenda Governamental em Pauta”, realizado pelo Grupo de Estudos sobre o Fundeb, “Fundeb em Foco”, vinculado ao GETIP e OIPP da EACH/USP. O estudo completo, bem como suas referências, detalhamentos metodológicos e íntegra dos resultados e discussões estão disponíveis em: <https://bit.ly/fundebemfoco>.

Referências Bibliográficas

FUNDEB EM FOCO. **Relatório de Pesquisa Fundeb em Foco**. 1 ed. São Paulo: Observatório Interdisciplinar de Políticas Públicas Professor Doutor José Renato de Campos Araújo. 2020. Disponível em: <<https://bit.ly/fundebemfoco>>. Acesso em: 28 jun 2020.